



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JOÃO PAULO FREITAS DA SILVA

A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS GUERRAS HOLANDESAS (1630-1654)

RECIFE
2023

JOÃO PAULO FREITAS DA SILVA

A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS GUERRAS HOLANDEsas (1630-1654)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II como requisito parcial para à obtenção do título de Graduada em Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda

RECIFE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, João Paulo Freitas da
A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS GUERRAS HOLANDESAS (1630-1654) / João Paulo Freitas da
Silva. - 2023.
21 f.

Orientador: Bruno Romero Ferreira Miranda.
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, 2023.

1. Indígenas. 2. Guerra. 3. Colonialismo. I. Miranda, Bruno Romero Ferreira, orient. II. Título

CDD 909

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOÃO PAULO FREITAS DA SILVA

A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS GUERRAS HOLANDESAS (1630-1654)

Orientador Prof.^o Bruno Romero Ferreira Miranda
DEHIST – UFRPE

Prof.^a Dr.^a Mariana Albuquerque Dantas
DEHIST – UFRPE

Me. Lucas de Lima Silva
ADPC - PCR

Apresentação

Este Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo segue as normas de TCC da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que permite a elaboração de um artigo científico. O artigo seguiu as normas de submissão da revista CANTAREIRA.

A pesquisa teve início com o objetivo de compreender a participação indígena durante os conflitos entre portugueses e holandeses entre os anos de 1630 e 1654. Usando como base obras historiográficas que foram desenvolvidas sobre este período.

Partindo dessa premissa, foi desenvolvido um trabalho busca mostrar os indígenas como agentes ativos durante o conflito, buscando atingir seus mais diversos objetivos. Tendo como personagens citados os indígenas Antônio Paraupaba, Pedro Poty e Felipe Camarão.

A participação indígena nas guerras holandesas (1630-1654)

Indigenous participation in the Dutch wars (1630-1654)

João Paulo Freitas da Silva

E-mail: joaofreitas1998@gmail.com

RESUMO

O presente artigo se trata de uma revisão historiográfica sobre a guerra da Restauração de Pernambuco que causou um grande impacto na dinâmica de funcionamento das Capitânicas do Norte, mas não só aos colonizadores. Os diversos povos indígenas da área do conflito também foram afetados. No contexto de guerra, os mais diversos grupos indígenas existentes acabaram por aproveitar da instabilidade social para negociar tanto com os portugueses tanto com os holandeses, a fim de tentar mudar ou manter as dinâmicas que acabassem favorecendo aos seus interesses. Esses grupos de nativos causaram um grande impacto no resultado do combate para ambos os lados, compondo eles número substancial de combatentes nas lutas e também aplicando o próprio método de guerra. Conquistaram ainda cargos militares e posses por sua adesão ao conflito, o que pode nos levar a refletir sobre uma suposta dinâmica de subordinação.

Palavras-chave: Indígenas; Guerra; Colonialismo.

ABSTRACT

The presente article is a historiographical review on the Pernambuco Restoration war that caused a great impact on the functioning dynamics of the Captaincies of the North, but not only on the colonizers. The various indigenous peoples in the conflict area were also affected. In the context of war, the most diverse existing indigenous groups ended up taking advantage of the social instability to negotiate both with the Portuguese and with the Dutch, in order to try to change or maintain the dynamics that ended up favoring their interests. These groups of natives had a great impact on the outcome of the combat for both sides, composing a substantial number of combatants in the fights and also applying their own method of warfare. They also conquered military positions and possessions for their adherence to the conflict, which may lead us to reflect on a supposed dynamic of subordination.

Keywords: Indigenous; War; Colonialism.

Introdução

A invasão holandesa a Pernambuco, ocorrida em 1630, foi uma de muitas passagens

que os holandeses tiveram pelo Brasil. Pelo menos desde 1580 já há registros de contatos de holandeses com os colonos e indígenas que habitavam a costa da América do Sul. Esse contato não se limitava a um pequeno comércio e fazia parte de uma rede de negócios que envolvia áreas de Flandres, Holanda e redes de distribuição de mercadorias na Europa Central. Todavia, com o início da rebelião das Províncias Unidas contra o Império Espanhol, esse comércio lhes foi vedado. Décadas após o princípio do conflito, conhecido por Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), e depois de várias tentativas de manter comércio em territórios espanhóis no ultramar, os holandeses fundaram a Companhia das Índias Orientais. A companhia tinha como objetivo principal o comércio no oriente, porém também visava atacar as frotas que carregavam riquezas daquela região (MAIOR, 1913, p.15).

Diante dos resultados extremamente lucrativos no oriente e das dificuldades em fazer comércio no ocidente, os holandeses acabaram fundando a Companhia das Índias Ocidentais, em 1621. Tinha o objetivo de conquistar e comercializar em regiões da África e América. Já em 1624, uma grande expedição foi mandada à Bahia, ocorrendo confronto armado contra as forças portuguesas e espanholas, no qual indígenas já tiveram uma participação vital nos combates, causando grandes danos aos invasores. Sendo uma significativa parte dos indígenas participantes nesses combates oriundos dos aldeamentos da Companhia de Jesus. Os batavos sofreram constantes ataques que impediram a extensão da sua conquista, ataques esses que causaram perplexidade, pois para eles “Na sua concepção inicial, os índios deveriam ser seus aliados naturais e não seus opositores” (PARAÍSO e MAGALHÃES, 2007, p. 10). Esse insucesso na Bahia fez com que os Holandeses lançassem seus olhos sobre Pernambuco, que na época era o principal produtor de açúcar do ocidente e capitania de grande relevância econômica do Brasil (MAIOR, 1913). Os holandeses chegaram a Pernambuco bem armados e em maior número, conseguindo expulsar os portugueses de Olinda e seu porto, o Recife, mas sem conseguir se afastar do litoral e acessar o interior. Assim como ocorrera em Salvador, os holandeses sabiam que era necessário atrair a amizade dos indígenas e forjar alianças com eles. Diante disso “o próprio regimento da Companhia das Índias Ocidentais permitia que seus agentes fizessem acordos com naturais em qualquer conquista que fosse realizada” (XAVIER, 2007, p.133).

A ocupação holandesa no Nordeste do Brasil ocasionou diversos impactos nas dinâmicas políticas e sociais que existiam na colônia, principalmente na construção de um novo governo. Isso em decorrência dos holandeses terem invadido terras onde encontraram uma sociedade já estabelecida e com características definidas, ainda que possuísse instabilidades sociais que eram constantemente utilizadas pelos indígenas para alcançarem seus objetivos. Era uma sociedade estruturada para as lavouras de cana-de-açúcar, contando também com sistema social voltado para o “patriarcalismo agrário e escravocrata” (MELLO, 2001, p. 237). A invasão à Pernambuco que ocorreu em 1630 fez com que o poder político e o prestígio econômico da elite, sobremaneira nas mãos dos senhores-de-engenho, fosse transferido em parte para os novos

ocupantes holandeses.

Essa disputa de poder com os senhores de engenho não ocorreu necessariamente de forma armada, mas sim através de políticas que iam contra os seus interesses. Porém, os holandeses tinham ciência que necessitavam também do trabalho e da produção dos proprietários de lavouras que já existiam na colônia, pois sem a sua produção a ocupação holandesa não valeria de muita coisa. Diante dessa mudança de poder, uma parte significativa da população lusitana da Capitania de Pernambuco, juntamente com aliados indígenas, resistiu contra os invasores holandeses, ainda que os invasores contassem com uma superioridade bélica em relação aos locais (MELLO, 2001, p. 242).

Os indígenas com seus ataques aos ocupantes holandeses, causaram perdas e assustaram os invasores. “A violência dos ataques de indígenas aliados à resistência luso-brasileira já bem no início da ocupação deixava os militares batavos perplexos diante do que viria a se tornar a ocupação: um inferno” (XAVIER, 2007, p.134). Pela inferioridade militar e pelas condições naturais da colônia, o estilo de confronto escolhido pelos portugueses foi a guerra de emboscada, que apesar de ser bastante incomum e sofrida para os padrões aplicados na guerra europeia, foi um método que teve muito sucesso diante das condições bélicas nas quais eles se encontravam e também das condições infraestruturais que o ambiente colonial possuía. Ainda que esse estilo de guerra fosse dado como inferior para os europeus, era vista com certo sucesso para o donatário Duarte de Albuquerque Coelho(1591 – 1658), devido aos danos causados aos invasores:

“Quien viere que con tan poca gente, como la que siempre tuvimos, peleamos cõ un enemigo de la Europa de los más formidables, no solo muchos anos, muchas vezes i muchos dias, sino queen uno mismo lo haziamos en dos partes, ne teniendo en ninguna igualdad para hazerlo, le parecerá justamente , que seria grande el descuido de quien no pusiese en memoria el valor, constância, i circunstancias del como aqui se servia.” (Apud MELLO, 2001, p. 243)

Porém os batavos também contaram com a ajuda de grupos indígenas para se estabelecer nas Capitânicas do Norte. Nos primeiros anos de ocupação do Recife eles se viram presos na ilha de Antônio Vaz, pois caminhar na mata fechada em direção aos engenhos era bastante inseguro com uma alta probabilidade de sofrer ataques das tropas de resistência. Devido a isso, os nativos foram cruciais não só atuando como nos combates pelo lado holandês, mas também “Na condição de espiões, os índios podiam oferecer aos holandeses preciosas informações” (XAVIER, 2007, p. 135). Esses grupos que escolheram o lado holandês, em suma, sofreram com o violento processo de colonização portuguesa durante o XVI, que exterminou e escravizou diversos grupos indígenas diante do avanço dos colonos. Diante disso, nas regiões ocupadas pelos lusitanos ocorreram combates sangüinários contra os povos indígenas, chegando eles a ameaçar e até mesmo impedir a expansão e a estabilidade do território ocupado pelos portugueses. Sendo assim, a existência de alianças entre europeus e indígenas eram tidas

como necessárias para que o projeto de colonização ocorresse sem maiores problemas. Com essas alianças sendo firmadas, as guerras continuaram com europeus e indígenas lutando lado a lado contra “índios hostis”, que impediam o processo de colonização e também guerreavam contra os interesses dos grupos indígenas aliados aos colonizadores.

“As guerras coloniais se misturavam às guerras indígenas, na medida em que se faziam com índios aliados contra índios hostis. Europeus de nacionalidades distintas e índios de diferentes etnias lutavam como aliados numa mesma guerra, porém tinham motivações diversas, que se alteravam, conforme as circunstâncias e a dinâmica das relações.” (ALMEIDA, 2010, p. 45)

Muito desse sucesso e manutenção do sistema colonial se devia também a utilização de aldeamentos, que eram locais onde os indígenas eram cooptados a se estabelecer para que assim tivessem contato mais direto com a cultura cristã europeia. Nesse empreendimento a Coroa e a Igreja se associaram na tentativa de controlar mais facilmente os indígenas, misturando assim objetivos religiosos, políticos e econômicos. “o aldeamento era o grande projeto pedagógico-institucional de educação completa, verdadeiro centro de ressocialização e núcleo de defesa dos povoados coloniais dos ataques de outros índios e até de outros europeus” (PARAÍSO e MAGALHÃES, 2007, p. 12). Nesses locais os indígenas passavam por um processo de aculturação para se tornarem súditos da Coroa Portuguesa, para que assim pudessem cumprir papéis nessa nova sociedade que surgia. Apesar disso, “Muitos deles buscavam o aldeamento como opção pelo mal menor diante das situações ameaçadoras e desfavoráveis” (ALMEIDA, 2010, p. 72). Os indígenas aldeados teriam que ter o sentimento de que possuíam proteções diante dos demais grupos nativos, até para que pudessem servir aos colonos de bom grado quando houvesse necessidade.

“Aldeados pelo ‘convencimento’, os indígenas eram inseridos numa nova lógica social, política, econômica e ecológica. E misturando-se com outras tradições culturais, ainda eram submetidos a forjar com o seu ‘outro’ uma identidade única e uniforme, de acordo com o modelo súdito-cristão.” (NEVES, 1978 apud SILVA, 2007, p.188)

Alianças

Os holandeses antes de invadir Pernambuco já tinham como uma de suas prioridades forjar alianças com os povos indígenas. Alguns contatos com esses povos já haviam sido feitos na década 1620. Contatos que serviram para troca de informações, fazendo com que os holandeses obtivessem informações sobre riquezas minerais do país e também outras informações valiosas para a invasão que estava por vir. Os potiguara, por exemplo, receberam os holandeses na Baía da Traição na Paraíba, em 1625. Ofereceram os seus serviços, pois a esquadra holandesa contava com um número significativo de doentes e necessitava de água e outros mantimentos. Essa boa recepção aos holandeses também deve estar ligada ao histórico de lutas com os portugueses. Enxergariam neles aliados. Contudo, o líder da esquadra não

possuía autorização da Companhia das Índias Ocidentais para ficar no Brasil, então decidiu partir. Diante dessa situação, os potiguara buscaram embarcar junto aos holandeses, mas não era possível devido a escassez de mantimentos. Ainda assim alguns indígenas conseguem ir com os europeus, enquanto os que ficaram acabaram pagando caro por essa busca por aliados. Os que viajaram para a Holanda com a esquadra, seriam adiante cruciais para invasão à Pernambuco que aconteceria anos depois (MAIOR, 1912, p. 63).

Em um dos navios que regressaram para a Holanda, por exemplo, seguiram duas importantes lideranças Potiguara que desempenhariam papel decisivo na dominação neerlandesa de Pernambuco, anos mais tarde: Pedro Poty, primo de Antônio Filipe Camarão; e Antônio Paraupaba, acompanhado do seu pai Gaspar Paraupaba. Aos que ficaram uma vingança à moda portuguesa, ou seja, perseguição e massacre de famílias indígenas em represália à acolhida que haviam dado aos neerlandeses em Acajutibiró, nome indígena dado a São Miguel da Baía da Traição, assim como a quebra do acordo de paz estabelecido em 1585. (MEIRA, 2014, p. 170)

Na Holanda os potiguara que embarcaram da Baía da Traição, aprenderam a ler e a escrever o neerlandês. Converteram-se também ao Calvinismo. Dentre eles dois nomes se destacaram: Antônio Paraupaba e Pedro Poty. Paraupaba e Poty voltaram a Pernambuco no ano de 1631, logo após a invasão dos holandeses a capitania. Ambos vão atuar como intérpretes no intuito de recrutar aliados indígenas para os holandeses (HULSMAN, 2006, p. 43). As primeiras ações desses indígenas nas aldeias teve resultados animadores para os holandeses, porém, com pouco tempo, a educação dos indígenas não estava ocorrendo da forma desejada. Diante desse insucesso, o Alto Conselho repreendeu várias vezes tanto Poty quanto Paraupaba, escrevendo em certa ocasião com desconfiança sobre o trabalho de ambos: "na verdade, acreditamos que Pieter Poty e Antônio Paraupaba, cuja educação na Holanda custou tanto dinheiro à Companhia, são mais perversos e selvagens na maneira de viver do que os outros brasileiros" (MELLO, 2001, p. 233-234). Insinuando que os brasileiros estavam agindo por contra própria.

Mesmo antes da ocupação holandesa em 1630, já estava claro que a aliança com os indígenas foi uma das principais preocupações dos batavos. A eles foram prometidos e concedidos alguns direitos e liberdades que não eram tão difundidas assim durante a ocupação portuguesa.

Pouco antes da invasão de Pernambuco proclamaram os holandeses o direito dos índios à liberdade, declarando-os isentos de qualquer sujeição. Foi o reconhecimento desse direito com o que mais acenaram aos brasileiros e tapuias. Procuraram-nos para firmar pazes e amizade, considerando-os aliados contra o inimigo português. (MELLO, 2001, p. 209)

Os holandeses sempre acreditaram que a amizade com os indígenas iam além do

fortalecimento do poderio militar, mas também contribuía diretamente para o bom funcionamento da colônia. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, em sua obra *O Tempo dos Flamengos*, Maurício de Nassau, durante o seu governo (1637-1644), organizou diversas excursões em busca de amizade indígena nas regiões fronteiriças do território ocupado pelos holandeses, afim de tornar mais difícil uma invasão portuguesa e também evitar ameaças da própria população da colônia.

Os holandeses enxergavam genericamente dois grupos indígenas: Os tupis (brasilianos) e os tapuias. “Os tapuias foram aliados importantes, principalmente no quesito de ajuda militar, visto que eles eram conhecidos como ferozes e brutais, sendo temidos até pelos próprios flamengos” (MELLO, 2001, p. 214). Os batavos buscavam mantê-los justamente o mais afastados possível da civilização, pois temiam a sua ferocidade, contando com eles apenas em determinadas ocasiões.

Os tupis por outro lado tiveram uma relação mais estreita com os novos colonos, tendo alguns deles escolhido aderir aos aldeamentos onde teriam contato com a religião calvinista, aprendendo também as condutas civis aplicadas pelos holandeses. Tamanha era a preocupação de se manter um bem estar social com os nativos que constantemente esse direito de liberdade e de igualdade, pelo menos no papel, era reafirmado.

“os que quiserem servir e trabalhar para os moradores poderão fazê-lo, com a condição de que se lhes pague o salário do costume e de que não sejam forçados a trabalhar contra a sua vontade ou por tempo mais longo ou mais do que quiserem” (MELLO, 2001, p. 216)

Apesar dessa tentativa oficial de se manter uma relação estável com os indígenas, na prática inúmeros problemas ocorriam que faziam com que a instabilidade existisse nessa relação. As leis e promessas oficiais das autoridades holandesas muitas vezes eram ignoradas pelos próprios membros da Companhia das Índias Ocidentais, visto que muitos indígenas foram mantidos em uma situação muito próxima a escravidão, sendo explorados, maltratados e muitas vezes mal pagos pelos trabalhos oferecidos. As aldeias aliadas aos holandeses, em sua grande maioria sendo de indígenas tupis, eram comandadas por *commandeurs* que eram europeus representantes do governo civil e distribuíam o serviço dos indígenas na colônia. Em vários casos os homens que ocupavam esses cargos visavam apenas o enriquecimento rápido, por isso acabavam permitindo e até mesmo cometendo abusos contra os indígenas, o que causava descontentamento e instabilidades nas aldeias. Nassau juntamente com outras autoridades tentavam reprimir tais atos de exploração, o próprio redigiu uma espécie de regulamento que direcionava a dinâmica das aldeias e estabelecendo direitos e deveres dos indígenas aliados, porém ainda assim era muito difícil de haver uma fiscalização, principalmente nas aldeias mais afastadas do centros urbanos (MELLO, 2001, p. 219).

Houveram também outros fatores que abalaram fortemente a relação entre esses povos,

principalmente no que se refere a catequese indígena. Diferentemente da portuguesa, a catequese holandesa ocorreu de um modo mais lento, até por conta do contexto de instabilidade que existia no território (MELLO, 2001, p. 225). Diante disso os membros eclesiásticos protestantes tentaram fazer valer algumas políticas que acelerassem esse processo, visto que por muitas vezes os indígenas recebiam um ensinamento religioso, mas logo voltavam a praticar atos que eram contraditórios a religião protestante. Sendo assim os mais jovens passaram a receber uma catequese mais intensiva para que além de adquirir os ensinamentos religiosos, também pudessem adquirir os costumes civis instaurados nessa nova sociedade. Os conselhos religiosos existentes então apoiaram a ideia de separar os jovens de seus pais logo cedo, levando-os para serem educados em conventos, para que eles não adquirissem os costumes pagãos. Esse fator, juntamente com a exploração praticada pelos *commandeurs*, fez com que a relação tivesse um grande abalo, causando inclusive rebeliões e ataques aos soldados holandeses, como decorrido no Ceará em fevereiro de 1644. Diante disso, os holandeses logo voltaram atrás dessa decisão de separação, tentando deixar os indígenas vivendo de maneira mais livre religiosamente, praticamente abandonando a sua catequese (MELLO, 2001, p. 233).

Essas instabilidades nas relações entre holandeses e indígenas fizeram com que certas lideranças nativas buscassem meios de garantir que os direitos que lhes tinham sido prometido fossem cumpridos. O próprio Paraupaba se juntou a comitiva acompanhando o regresso de Nassau à Holanda, e ao chegar lá ele, juntamente com a delegação brasileira, conseguiu uma audiência na qual foi solicitado liberdade para os indígenas que serviam aos holandeses. O resultado dessa audiência foi positivo para os indígenas, pois eles receberam um documento oficial que garantia diversos privilégios aos brasileiros. Já no ano de 1645, foi organizada pelos próprios indígenas uma assembleia em Itapessericá, onde eles propuseram a criação de uma câmara de escabinos. Nessa assembleia, na qual atenderam diversos indígenas, ocorreu a nomeação de Paraupaba como Capitão e Regedor dos Índios do Rio Grande. Uma das suas primeiras medidas foi redigir um pedido exigindo a libertação de todos os escravos brasileiros, mostrando assim que a escravidão de indígenas era ainda bastante presente tanto em territórios governados por portugueses e holandeses (HULSMAN, 2006, p. 45).

Os grupos indígenas que estavam lutando ao lado dos portugueses também sofriam com a diferença no tratamento em relação aos europeus. Ainda que os lusitanos tivessem um maior conhecimento do terreno e um certo costume maior nas relações com os indígenas, eles necessitavam bastante da ajuda dos nativos para que a resistência tivesse sucesso. Os indígenas tinham papéis cruciais no andamento da resistência, auxiliando as tropas nas mais diversas atividades, porém não obtendo o mesmo tratamento dos demais soldados europeus que os acompanhavam, sendo constantemente discriminados nos pagamentos, sempre recebendo um valor inferior mesmo fazendo um trabalho maior.

Conduziam-nos pelos lugares mais ásperos e difíceis, passavam eles próprios a nado os soldados que não ousavam

aventurar-se nos grandes rios, marchavam e corriam com uma velocidade incomparável para frente, para trás e para o lado, cortavam com machados que se lhes entregara os espinheiros e silvados espessos (..) levavam dois a dois numa maca, que é uma tela de algodão feita como as redes de pescadores, os oficiais cansados ou indispostos e os soldados doentes, projetavam as emboscadas, levavam os holandeses a lugares onde os inimigos eram surpreendidos e mortos. (MELLO, 2007, p. 199)

Guerra Brasília

Essa importância indígena se deu muito as condições naturais encontradas na América Portuguesa, que eram diferentes de todas as condições já enfrentadas pelos combatentes europeus, devido principalmente ao clima bastante úmido e também a vegetação bastante densa, bem diferente dos campos abertos encontrados na Europa. Os soldados portugueses no Brasil durante a guerra de Restauração (1645-1654) não possuíam as melhores armas e também não possuíam os melhores equipamentos quando comparados a outros exércitos da Europa. Devido também a essa falta de recursos, dificilmente eles obteriam sucesso em uma luta direta contra os invasores holandeses, por isso a guerra volante foi a melhor escolha para o combate na colônia. Enquanto os holandeses se utilizavam da guerra europeia, que visava a manutenção das praças-fortes e visando ataques para o controle da zona produtora de açúcar. Já a guerra brasileira consistia em causar ataques de emboscada nas tropas holandesas, visando causar danos e evitar a sua expansão territorial para as zonas de produção alimentícia, deixando-os encurralados no Recife. Ao não conseguir se expandir no território, os suprimentos necessários para a permanência batava teriam que vir da Holanda, tornando a ocupação um processo muito mais caro. O autor Pedro Puntoni escreve que a “guerra brasileira” não era apenas o resultado de uma adaptação de arte militar europeia às condições naturais do Nordeste, mas também uma assimilação das técnicas locais de guerrear.

Coisa estranha ver dois, três mil homens nus de uma parte e de outra, com grandes e grita, flechando uns aos outros... não pelejam em campo nem têm animo para isso, põem-se entre o mato junto de algum caminho e tanto que passa alguém, atiram-lhe ao coração ou a parte onde o matem e não despedem flecha que não na empreguem. (MELLO, 2007, p.263)

A guerra volante sofreu uma grande rejeição no início do conflito, pois além de quebrar a ordem europeia de combate, ela causava desconforto nas tropas europeias devido ao que eles compreendiam como tática de guerra usual e funcional para o combate que eram aplicados na Europa. De certa forma os veteranos de guerra europeus não compreendiam que esse novo tipo de combate era extremamente eficaz diante dos recursos militares e subsistenciais que estavam alcançáveis diante das tropas que serviam à Coroa Portuguesa. Pois apesar de ir contra o ensinamento aos combatentes europeus, a guerra volante cumpria o seu objetivo com bastante eficácia, que era manter os holandeses presos no Recife e evitar a sua expansão e conquista

territorial (MELLO, 2007, p. 287).

A rejeição à guerra volante ocorria devido a um preconceito europeu que existia transvestido de “honra europeia”, que via nesse método de combate um método animalesco e de covardia. Outra questão bastante importante diante dos lusos-brasileiros era que eles viam que suas chances de promoções militares poderiam ser comprometidos perante a Coroa, além da quebra dos valores aristocráticos que existiam no serviço militar, tendo a malícia e a esperteza como as principais características para o sucesso no combate.

Outro exemplo revelador do preconceito corporativo: o do holandês que chamou um capitão da terra de covarde que só brigava de emboscada como ladrão, injúria que lhe custaria a vida. Outros soldados batavos costumavam desafiar os lusos-brasileiros à saírem em campo aberto, pretendendo que só saberiam pelejar no mato. (MELLO, 2007, p. 299)

Entre autonomia e subordinação

Nesse contexto de guerra, o impacto indígena tanto no método de combate como também em número de soldados é essencial para o sucesso de militar de ambos os lados. Diante disso, o recrutamento de nativos se demonstra crucial para que os planos dos portugueses e dos holandeses pudessem funcionar. Dois indígenas ganharam bastante destaque nesse contexto: Felipe Camarão do lado lusitano e Pedro Poty do lado neerlandês.

Pedro Poty, como foi anteriormente citado, embarcou com uma esquadra holandesa em 1625 na Baía da Traição, aprendeu holandês e retornou ao Brasil em 1630, no tempo da conquista holandesa no Nordeste. Poty atuou como uma das lideranças dos indígenas da Paraíba e também como interprete dos holandeses. Antônio Felipe Camarão nasceu no nordeste, em 1601, pertencendo também ao grupo dos Potiguara. Camarão foi educado por jesuítas em uma missão, se tornando fervoroso na fé católica. Além de aprender o português, tinha noção de Latim. “Trata-se de um índio integrado à colonização, que aprendeu novas práticas culturais e políticas e soube utilizá-las na defesa de interesses próprios ou comunitários.” (FAGUNDES, 2016, p.11) Camarão demonstrou ser bastante partidário dos portugueses. Ofereceu-se para lutar ao lado de Matias de Albuquerque durante o período de resistência no início da ocupação holandesa. Lutou também durante a Guerra de Restauração, a partir de 1645. Ele atuou em diversas batalhas ao lado dos lusitanos, sendo uma peça fundamental para o sucesso das tropas portuguesas até sua última aparição em combate, em 1648, na primeira batalha dos Guararapes. A importância de Camarão era tanta que mesmo antes de demonstrar esse valor e lealdade aos lusitanos, ele já era bastante respeitado entre os potiguares. Não à toa ele recebera, devido aos seus serviços, o comprometimento do próprio Rei da Espanha, Felipe IV, de lhe ser dado largas mercês, como: “o hábito da Ordem de Cristo, a patente de Capitão-mor dos potiguares, o Brasão de armas e soldo e entre outros” (FAGUNDES, 2016, p.35). Possuir esses títulos e cargos não necessariamente trazia uma igualdade no

tratamento perante os demais portugueses, “entretanto, possuir este cargo era sinônimo de inserção na hierarquia da sociedade colonial como os demais oficiais brancos” (SILVA, 2007, p.191). Esse comprometimento é demonstrado em alguns documentos, eles expõem a importância que os indígenas tinham na atuação da colônia e também como até a nobreza europeia sabia do valor da manutenção dessa aliança.

Eu el Rei vos mando louvar com brevidade ao Índio principal que vos assiste, que se chama, Antônio Felipe Camarão de nação Potiguar, e que todos os índios dessa capitania e os das mais até o Ceará o respeitam, e serve desde o princípio da guerra nas instâncias mais arriscadas, e junto ao inimigo pelejando em todas as ocasiões com muito valor, e é bom cristão, e dele depende a conservação dos mais índios e, havendo respeito a seus procedimentos hei por bem de lhe fazer mercê do hábito da Ordem de Cristo com 40.000 de renda, e que se lhe passe patente do Capitão-mor dos índios potiguares com 40.000 de soldo, pagos no Almoarifado dessa Capitania, e se lhe dê um brasão de armas (...). (Apud FAGUNDES, 2016, p.35)

Tanto Poty quanto Camarão atuaram com bastante empenho e proatividade nas suas campanhas, tendo sido reconhecidos pelas lideranças pelas quais serviam e agindo de forma crucial para fazer com que mais grupos indígenas aderissem aos seus planos. Apesar disso, ambos, juntamente com outras lideranças indígenas, pressionavam as autoridades aliadas para conseguir mais recursos para que seus objetivos principalmente em relação a um maior fornecimento de armas e dinheiro alcançados, ainda que por muitas vezes não obtivessem o sucesso desejado. As suas ações durante esse período são um grande exemplo de uma certa autonomia indígena, mostrando que a relação dos europeus com os povos de indígenas se davam de forma heterogênea, de acordo com interesses em comum dessas etnias. Camarão e Poty sabiam da importância um do outro, e tentavam através de correspondências convencer um ao outro a mudarem de lado na guerra, além de também ambos buscarem convencer outras lideranças indígenas a se juntarem a sua causa no combate. Em uma de suas cartas, Felipe Camarão escreve que:

"Fugi dos hereges e vinde tratar da vossa salvação. Como pudesdes contar com os holandeses depois deles procederem tão mal com os da vossa nação no Maranhão, pois tendo-lhes feito belas promessas, justamente como agora, os enganaram e abandonaram, quando os portugueses retomaram o país?

Não acrediteis tampouco nos Capitães Antônio Paraupaba e Pedro Poti, que havendo estado na Holanda, ficaram imbuídos das suas ideias e não pensam noutra coisa mais que em os ajudar a vos perder.

Sinto-me atribulado, não pensando em outra coisa senão em procurar um meio para vos colocar sob a minha proteção.

Não quero reconhecer a Antônio Paraupaba nem Pedro Poti, que se tomaram hereges, mas esforço-me por procurar a salvação de vós todos e apesar de nos haverdes feito muito

mal, contudo como sois muito novos e não sabeis o que fazeis, indo contra os portugueses, por quem fostes criados e a quem deveis obediência, pela graça de Deus vos concederai quartel e perdão.

Sabeis perfeitamente bem como os portugueses são ricos em todas as praças até o Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, etc., onde eles têm inestimável riqueza para vos poder fazer bem, sendo preciso apenas para isso que vos passeis para nós

Os holandeses, pelo contrario, são pobres, como sempre os deveis ter visto e achado até hoje.” (MELLO, 1954, p. 42)

Nesse trecho da carta é possível perceber táticas de persuasão bem características, tais como um apelo religioso, um teor de preocupação para com os demais indígenas e como eles estariam de certa forma mais protegidos se tivessem sob a sua proteção, além de apontar que os portugueses teriam uma maior capacidade econômica de fornecer aos demais povos indígenas condições de vidas melhores. Pedro Poty, em uma de suas cartas direcionada a Felipe Camarão, escreve sobre como os portugueses causaram inúmeros danos para os seus ancestrais e que ficar do lado dos lusitanos seria lutar pela manutenção da exploração e escravização dos seus irmãos.

“Eu me envergonho da nossa família e nação ao me ver ser induzido por tantas cartas vossas à traição e deslealdade, isto é, a abandonar os meus legítimos chefes, de quem tenho recebido tantos benefícios.

É tolice o imaginardes que nos illudis tão facilmente com essas palavras vãs, e até fico pensando que, não ousando nos vir visitar como soldado procurais usar essas falsas imposturas.

Fica sabendo que serei um soldado fiel aos meus chefes até morrer. Estou bem aqui e nada me falta; vivemos mais livremente do que qualquer de vós, que vos mantendes sob uma nação que nunca tratou de outra coisa senão nos escravizar. Os cuidados que dizeis ter por mim e o favor que os portugueses nos dispensariam não são mais que histórias contadas para nos iludir.

Por minha parte só tenho um sentimento, e provem de não me virdes visitar aqui. Não acrediteis que sejamos cegos e que não possamos reconhecer as vantagens que gozamos com os holandeses (entre os quais fui educado).

Jamais se ouviu dizer que tenham escravizado algum índio ou mantido como tal, ou que hajam em qualquer tempo assassinado ou maltratado algum dos nossos.

Eles nos chamam e vivem conosco como irmãos; portanto, com eles queremos viver e morrer. Por outro lado, em todo o país se encontram os nossos escravizados pelos perversos portugueses, e muitos ainda o estariam, se eu não os houvesse libertados. Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Bahia da traição, ainda estão bem frescos na nossa memória.

E o que pode dar melhor a conhecer os seus desígnios tirânicos do que a crueldade cometida recentemente contra os nossos em Serinhaem depois de concedido o quartel?

Aquele sangue clamará a Deus por vingança, já tendo, todavia, o meu irmão Antonio tirado uma boa desforra no Rio Grande.

Não, Filipe, vós vos deixais iludir; é evidente que o plano dos celerados portugueses não é outro senão o de se apossarem deste país, e então assassinar ou escravizarem tanto a vós como a nos todos.

Vinde, pois, enquanto é tempo para o nosso lado afim de que possamos com o auxílio dos nossos amigos viverem juntos neste país que é a nossa pátria e no seio de toda a nossa família.

Sobre isso aqui estamos todos de acordo; portanto, vinde vos unir a nós e garanto-vos que os holandeses vos farão os mesmos benefícios que nos fazem.

Não tenhais a menor duvida: os portugueses terão de se escapular; esses bandidos hão de desaparecer como o vento.” (BARBOSA, 2007, p.8)

Essas trocas de correspondência entre as lideranças em indígenas em defesa dos seus objetivos pessoais e como eles acreditam que o que eles estão lutando são de fato o melhor para os nativos do Brasil, não sendo apenas meros subordinados dos colonizadores europeus e não só aderindo os lados por mera conveniência ou falta de opção.

Após o inúmeros embates com derrotas, os holandeses se viram cada vez mais isolados na região do Recife, sem conseguir se expandir e sofrendo com a falta de recursos para manutenção das tropas e o desenvolvimento econômico da colônia, juntamente com a falta de maior ajuda vinda da Europa. Sofrendo com várias baixas, inclusive com Pedro Poty sendo capturado na Segunda Batalha dos Guararapes em 1649 (MAIOR, 1913, p. 173), os holandeses se viram cada vez mais retraídos até serem de fato expulsos do Nordeste do Brasil em 1654. Acontecimento que foi bastante lamentado pelos indígenas aliados e também pelos próprios holandeses.

A feliz conclusão da longa campanha sustentada pelos Luso americanos a bem da libertação das capitânicas ao norte do rio São Francisco, dando como resultado a unidade do Brasil, foi recebida com manifestações do maior júbilo em todas as terras portuguesas. Na Hollanda, pelo contrario, causou torre indignação e pezero abandono da sua bella conquista, adquirida â custa de tantos sacrificios e de tão brilhantes feitos de seus filhos. (MAIOR, 1913, p.187)

O fim da ocupação holandesa fez com que muitos desses atores indígenas, que foram cruciais para o andamento da guerra, não tivessem o devido espaço nos registros históricos e na sociedade nos anos pós guerra. Por muitas vezes eles apareciam apenas em momentos de confronto e “Na condição de escravos ou submetidos...” (ALMEIDA, 2010, p. 14), ou quando citados nos documentos, estavam sempre um degrau abaixo dos demais participantes europeus.

O próprio Felipe Camarão, que foi tão importante na liderança de combates contra os holandeses e também nos seus serviços para a Coroa Portuguesa, é posto abaixo de outros personagens lusitanos, pelo fato de ser índio (FAGUNDES, 2016, p.48). Apesar disso, uma parte dos indígenas que serviram aos portugueses durante a Guerra conseguiu angariar melhores condições sociais, seja por condições financeiras ou adquirindo também títulos e cargos de maior importância. O próprio sobrinho de Felipe, Diogo Pinheiro Camarão, que o substituiu no comando das tropas após sua morte em 1649, recebeu em 1669 a licença para prover o cargo de administrador das Aldeias do Rio Grande (SILVA, 2007, p. 190). Pelo lado holandês, o registro pós guerra mais significativo é o de Antônio Paraupaba, que foi para a Holanda em 1654. Ele redigiu alguns manifestos, nos quais suplicava as autoridades de Amsterdã para que enviassem ajuda aos seus irmãos na colônia, que foram tão fiéis aos holandeses durante anos, pois sem essa ajuda eles sucumbiriam nas mãos dos portugueses. Entretanto, “Os feitos de Paraupaba contra os rebeldes luso-brasileiros não mereceram essa recompensa, mas nem assim ele desistiu dos seus intentos” (RAMINELLI, 2011, p. 58).

Considerações Finais

Os povos indígenas do Brasil tiveram papel crucial durante todo o confronto entre portugueses e holandeses, tanto como força armada e também como desenvolvedores dos métodos de combate que foram utilizados. Essa participação de ambos os lados da guerra visava conquistas individuais e coletivas, principalmente no quesito de uma busca por maior autonomia, que não foi alcançada amplamente, e melhor inserção na sociedade colonial – o que nem sempre ocorria de maneira pacífica e usualmente decorria de um contexto de desvatagem que os forçava a jogar nas regras dos colonizadores, ainda que subvertendo-as quando possível. Essa dinâmica pode ser observada nos aldeamentos, que apesar de terem sido pensados com o objetivo de catequizar e “domesticar”, também serviam como um espaço de molde dos indígenas naquela sociedade que se formava. Ademais, também servira estrategicamente para a defesa dos territórios coloniais, criando fronteiras para a defesa de vilas e engenhos. Dando aos grupos aldeados segurança e privilégio diante dos demais grupos existentes, para que assim eles pudessem servir de boa vontade, ainda que eles só possuíssem tais “privilégios” numa dinâmica de subordinação aos colonos. Fora dela estariam marginalizados do funcionamento da sociedade colonial. “A violência da conquista e da colonização não os impediu de agir, mobilizando as possibilidades a seu alcance, para atingir seus interesses que se transformavam com as novas situações vivenciadas” (ALMEIDA, 2010, p.10).

Na guerra, os grupos indígenas também foram cruciais no seu resultado, compondo importante contingente nos campos de batalha e também os mais adaptados ao ambiente de combate. Conseguiram se locomover com mais facilidade pela floresta densa, atacavam constantemente sem serem percebidos e foram cruciais nas emboscadas, causando inúmeras perdas militares para ambos os lados. Mas além disso participavam de diversas outras atividades

que interferiam no andamento do confronto.

Enumeração que não esgota o elenco dos serviços auxiliares prestados pelos indígenas, pois cumpriria aduzir o transporte de víveres, de armas e munição de cargas em geral, a construção de pontes de jangadas para travessia dos rios, a edificação de defesas e paliçadas e reparo das fortificações, o cultivo de roçados de mandioca. (MELLO, 2007, p. 199)

Ao participar desses confrontos, os indígenas por decisões próprias, dentro das opções que existiam, interferiram diretamente no resultado e no andamento da história da formação do Brasil. Visando não os interesses dos europeus, mas sim os seus interesses individuais como também os das suas etnias, para que assim não ficassem marginalizados da sociedade colonial e pudessem ter melhores condições e aspirações sociais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Cartas alfabéticas em tupi - Memória indígena em Pernambuco século XVII**. ANPUH – XXIV Simpósio Nacional De História. São Leopoldo, 2007.

FAGUNDES, Igor. **A história do índio Antônio Felipe (Poti) Camarão**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais. **Revista de História**. São Paulo, n. 154, USP, 2006 (37-69).

MAIOR, Pedro Souto. **Dois Índios notáveis e parentes próximos**. In: Revista do IAHGCE. Fortaleza, 1912.

MAIOR, Pedro Souto. "Fastos Pernambucanos". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Vol. LXXV, Tomo 1, 1913.

MEIRA, Jean Paul Gouveia. **Baía da Traição: parentes potiguara em lados opostos na guerra luso-holandesa (1625 – 1654)**. Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História - ANPUH – PB. Campina Grande, 2014. p. 169-176.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **D. Antônio Felipe Camarão – Capitão-mor dos Índios da costa Nordeste do Brasil**. Recife: Universidade do Recife, 1954.

MELLO, José Antônio G. de. **Tempo dos Flamengos**. 4a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630- 1654**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

PARAÍSO, M. H. B.; MAGALHÃES, P. A. I. Muros do Reconcavo: A capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuítcos (1624-1625). **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, nº25-2, p. 9-38, 2007.

PUNTONI, Pedro. **A arte da guerra no brasil**. Tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da américa portuguesa, 1550-1700. *Novos Estudos CEBRAP* nº 53. São Paulo, março 1999. pp. 189-204.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza indígena – os chefes potiguaras, 1633-1695. In: OLIVEIRA (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, pp. 47-68.

SILVA, Geyza Kelly Alves da. Teia de alianças, lealdade e dependência: Tabajaras e Potiguaras aliados/aldeados na capitania de Pernambuco. **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, nº25-2, p. 187-214, 2007.

XAVIER, Rômulo. A flecha e o mosquete: índios e batavos no Brasil holandês. **Clio. Revista de Pesquisa Histórica da UFPE**, Recife, v. 25, n. 2, pp. 130-149, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24726/20001> Acesso em: 11/04/2023.

Anexo (1)

Normas para submissão – Revista eletrônica CANTAREIRA

A Revista CANTAREIRA aceitará trabalhos originais de pesquisa das áreas de História e afins. Eles devem seguir rigorosamente as normas de publicação. Em caso de não cumprimento das normas técnicas, o manuscrito será considerado recusado.

A Cantareira usa o Open Journal Systems (OJS 2.4.8.2), sistema de código livre gratuito para a administração e a publicação de revistas, desenvolvido com suporte e distribuição pelo Public Knowledge Project sob a licença GNU General Public License. Não cobramos taxa para submissão ou publicação dos trabalhos. A Cantareira assume o compromisso com as políticas públicas em prol da divulgação do conhecimento científico e, por isso, adota a política de acesso aberto para fins não-comerciais.

Os trabalhos devem ser originais, inéditos e não submetidos a nenhum outro processo editorial. Trabalhos recusados anteriormente não poderão ser novamente submetidos, salvo após interstício de um ano. Autores que publicaram anteriormente devem guardar quarentena de, no mínimo, dois anos. A revista CANTAREIRA publica: artigos em fluxo contínuo; artigos em dossiês temáticos com entrevista; resenhas de livros; transcrição documental comentada.

Normas de formatação:

1- Página:

Margens superior e esquerda: 3cm; margens inferior e direita: 3cm.

2- Título e pré-textual:

TÍTULO EM PORTUGUÊS: fonte Arial, tamanho 20, negrito, à esquerda, primeira letra maiúscula e demais em minúsculas (exceto nomes próprios), sem espaçamento entrelinhas e entre parágrafos;

TÍTULO EM INGLÊS: fonte Arial, tamanho 20, negrito, à esquerda, primeira letra maiúscula e demais em minúsculas (exceto nomes próprios), sem espaçamento entrelinhas e entre parágrafos;

RESUMO E ABSTRACT: o resumo deverá acompanhar a sua versão em língua inglesa; com máximo de 12 linhas (somente para Artigos e Transcrições Comentadas), fonte 10 e espaçamento simples. Logo, serão dois resumos, um em português e um em inglês, seguindo essas normas.

PALAVRAS-CHAVE E KEYWORDS: 03 (três) palavras em português e inglês, separadas por ponto e vírgula, com a primeira letra em maiúsculo e demais em minúsculo. (Artigos e Transcrições Comentadas). Obtemos, assim, dois conjuntos de palavras-chave, um em português e um em inglês.

3- Corpo do texto:

Fonte Arial, tamanho 10;

Espaçamento entrelinhas 1,5;

Nas referências bibliográficas o espaçamento é simples;

Subtítulos e subdivisões: em negrito, sem numeração;

Os títulos de obras citados no corpo do texto devem estar em itálico, sem aspas;

Citações: se, no texto, colocar entre aspas, sem itálico;

Citações com mais de 3 linhas: sem aspas, recuo de 4cm, fonte 10, sem espaçamento entrelinhas;

Interferências do autor nas citações devem estar entre colchetes;

Supressão de texto com três pontos entre colchetes.

4- Citações, Nota de rodapé e referências:

CITAÇÕES devem ser seguidas as normas da ABNT NBR-10520 para citações no formato AUTORDATA. Neste sistema, a indicação da fonte é feita: a) pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s) da citação, no caso de citação direta, separados por vírgula e entre parênteses.

NOTAS DE RODAPÉ devem ser restritas ao indispensável; devem ser numeradas sequencialmente e elencadas ao final da página na qual foram mencionadas. Texto justificado, fonte Arial 10, espaçamento simples.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS deverão ser informadas, na íntegra, ao final do texto; devem ser feitas segundo as normas da ABNT NBR-6023 para referências, utilizando-se o modo negrito para destaque dos títulos.